



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1558/2023**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 88/2023**

<b>OBJETO</b>	SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORES DE MÉDIO PORTE, GRAMA E DE OUTRAS PLANTAS DA PRAÇA
---------------	---

<b>FUNDAMENTO LEGAL</b>	Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações
-------------------------	---

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<u>339039/79</u> – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica – Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional
-----------------------------	---



**MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**

**REQUISIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO**

<b>Requisição:</b>	1059	<b>Situação:</b>	APROVADO
<b>Departamento:</b>	1 - ADMINISTRACAO	<b>Data Solicitação:</b>	21/11/2023
<b>Usuário Análise:</b>	DULCILENE LOURENCO DE OLIVEIRA FREIRE	<b>Data Análise:</b>	21/11/2023
<b>Observação:</b>	SERVIÇOS DE PODAS DE ÁRVORES, E OUTRAS MANUTENÇÃO NA PRAÇA		

Item	Qtd. Aprovada	Unidade	Vlr.Unitário	vlr.Total	Saldo	Produto/Serviço	Observação
1	1,000	UNIDADE	0,0000	0,0000	0,0000	3580 - SERVIÇO DE JARDINAGEM	
2	6,000	UNIDADE	0,0000	0,0000	0,0000	3366 - SERVIÇO PODA DE ÁRVORE MÉDIO PORTE	

<b>TOTAL PRODUTO:</b>	2
<b>TOTAL GERAL:</b>	0,00



# Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo



0000020231558

**Número do Processo**

**1558/2023**

[WWW.JATAI.GO.LEG.BR](http://WWW.JATAI.GO.LEG.BR)

Órgão de Origem

**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**

Departamento de Origem

**PROTOCOLO**

Interessado

**WELLINGTON DE ASSIS**

Assunto

**REQUISIÇÃO**

Data/Hora

**21/11/2023 14:22**

Descrição

**Requisição nº 1059 - Serviços de podas de arvores, e outras manutenção na praça.**



Visualizar Anexo:



Resp. Autuação

**KEYNER PEREIRA MARTINS**

Previsão

Processo Agrupador

Nr. Doc

Valor

**R\$ 0,00**



 <div>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</div> <div>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</div>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.836.061/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/08/2003	
NOME EMPRESARIAL ANTONIO CESAR DE MELO JUNIOR			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) JUNIOR MELO FLORICULTURA		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.22-9-00 - Cultivo de flores e plantas ornamentais 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R CAPITAO SERAFIM DE BARROS	NÚMERO 1834	COMPLEMENTO LT. 03, QD. 35	
CEP 75.800-970	BAIRRO/DISTRITO SANTA MARIA	MUNICÍPIO JATAI	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (64) 3631-2566	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 21/11/2023 às 14:54:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ANTONIO CESAR DE MELO JUNIOR**  
**CNPJ: 05.836.061/0001-07**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:39:44 do dia 20/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/04/2024.

Código de controle da certidão: **0B8A.B4A5.FCDB.743F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 05.836.061/0001-07  
**Razão Social:** ANTONIO CESAR DE MELO JUNIOR  
**Endereço:** R CAPITAO SERAFIM DE BARROS 992 / SETOR CENTRAL / JATAI / GO / 75800-018

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 18/11/2023 a 17/12/2023

**Certificação Número:** 2023111800463224573623

Informação obtida em 21/11/2023 14:56:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



ESTADO DE GOIAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA  
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA  
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: N° 41044723

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:  
ANTONIO CESAR DE MELO JUNIOR

CNPJ  
05.836.061/0001-07

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.575.789.766

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 21 NOVEMBRO DE 2023

HORA: 14:59:50





**PREFEITURA DE  
JATAÍ**

MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ

RUA ITARUMÃ Nº: 355 Bairro: VILA SANTA MARIA CEP: 75800-089

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE CONTRIBUINTE

### DADOS DO CONTRIBUINTE

**NOME:** ANTONIO CESAR DE MELO JUNIOR

**CCP:** 120844

**CPF/CNPJ:** 05.836.061/0001-07

**TELEFONE:** 6481261043

**ENDEREÇO:** RUA CAP. SERAFIM DE BARROS, Nº 1834, QD. 0035, LT. 0003, BAIRRO: VILA SANTA MARIA,

### FUNDAMENTO LEGAL

CERTIFICA PARA OS DEVIDOS FINS, QUE O SUJEITO PASSIVO NÃO POSSUI PENDÊNCIAS PERANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO.

RESERVA-SE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL O DIREITO DE LANÇAR E COBRAR POSTERIORMENTE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DE RESPONSABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO ACIMA EPIGRAFADO, QUE VIEREM A SER APURADAS E CONSTITUÍDAS, INCLUSIVE NO PERÍODO DESTA CERTIDÃO.

A autenticidade desta certidão poderá ser verificada no site da prefeitura, conforme dados abaixo:

**AUTENTICAÇÃO:** GTQPJXCG

**EMIÇÃO:** 21/11/2023

**VALIDADE:** 21/12/2023

[WWW.JATAI.GO.GOV.BR](http://WWW.JATAI.GO.GOV.BR)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ANTONIO CESAR DE MELO JUNIOR (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.836.061/0001-07

Certidão nº: 65963651/2023

Expedição: 21/11/2023, às 14:57:17

Validade: 19/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ANTONIO CESAR DE MELO JUNIOR (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.836.061/0001-07**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





## PROCURADORIA JURÍDICA

### PARECER JURÍDICO REFERENCIAL N° 001/2019

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços comuns. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. Requisitos legais. Possibilidade, desde que observadas as recomendações constantes neste Parecer Jurídico Referencial.

### Possibilidade de adoção de Parecer Jurídico Referencial

A Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal de Jataí tem o dever legal de emitir parecer jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexistência.

Todavia, admite-se a figura do Parecer Jurídico Referencial, que é aquele que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a análise individualizada, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação referencial.

Com efeito, trata-se de uma possibilidade jurídica perfeitamente aceitável que se coaduna com o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobre a qual o TCU manifestou-se favoravelmente à sua adoção pela Advocacia-Geral da União, nos seguintes termos:

**“9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário). Grifo inserido**

Assim, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí adota esse Parecer Jurídico Referencial, nos casos que envolvam dispensa de licitação em função do valor, prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/93.





## Requisitos legais para Dispensa em função do valor e contratação direta.

Saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

O Art. 24, II, da Lei das Licitações, estabelece que:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*... omissis*

*II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea “a”, referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

*“Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*I - para obras e serviços de engenharia:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*





*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e*

*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."*

Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), devendo o departamento técnico responsável verificar o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida ao valor referido.

Todavia, não se pode descurar do correto procedimento para contratação direta, que deve ser iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Numa interpretação sistemática, deve-se adotar nos casos de dispensa, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, o Parágrafo Único do Art. 26 da Lei das licitações, e o processo de dispensa deve ser instruído ainda com:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso,

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço,

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com relação a justificativa do preço, convém frisar a necessidade de realização de ampla e adequada pesquisa de preços, para subsidiar a melhor contratação, ou seja, aquela que melhor atende ao interesse público.

A Administração deverá observar a necessidade de preferência para a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

O contrato a ser firmado para contratação direta pode ser substituído pela nota de empenho, na forma do art. 62, da Lei 8.666/93.

Frise-se que a Administração deve aferir a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, da empresa selecionada para fornecimento de produtos ou prestação de serviços para a Câmara Municipal.



## Conclusão

Por todo o exposto, uma vez atendidas as recomendações apontadas neste Parecer Jurídico Referencial, no seu aspecto jurídico, resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Gestor, nos limites da Lei; ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos.

Sendo Referencial o presente parecer, os processos administrativos que guardarem relação inequívoca e direta com a fundamentação aqui realizada, dispensam análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que o caso concreto amolda-se aos termos desta manifestação, conforme modelo em anexo.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 28 de maio de 2019.

**Renata Silva Oliveira**  
**Procuradora Jurídica**

RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919  
104

Assinado de forma digital por  
RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919104  
Dados: 2019.05.28 16:22:13 -03'00'





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## ANEXO

### ATESTADO DE CONFORMIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COM O PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2019.

Atesto que o Processo Administrativo Nº 1558/2023, que objetiva a contratação de empresa ANTÔNIO CÉSAR DE MELO JÚNIOR – ME, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, amolda-se à manifestação jurídica referencial exarada no Parecer Jurídico Referencial no 001/2019.

Jataí, 21/11/2023

  
**Dulcilene L. de Oliveira Freire**  
Chefe do Deptº de Compras



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo


## CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS**, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339039 / 79 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional**, suficiente para ocorrer despesas com este tipo de serviço para a Câmara Municipal de Jataí.

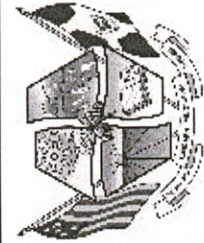
**CERTIFICAMOS** ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) nesta dotação.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 21 de novembro de 2023.

  
Adonae Augusto Pereira  
TC CRC GO 2210/0-4





PARÂMETROS -> Todas dos órgãos escolhidos

COMPARATIVO DA DESPESA COMPLETO POR DOTAÇÃO DE 21/11/2023 ATÉ 21/11/2023

CÓDIGOS	TÍTULOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			EMPENHADO			SALDO DOTAÇÃO	LIQUIDADO		PAGO		DESPESAS A PAGAR
		ORÇADO	PERÍODO	ACUMULADO	DOT. ATUALIZ.	PERÍODO	ACUMULADO		PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO	
22	Material de Limpeza e Producao de Higienezacao						38.831,76	38.831,76		38.831,76	5.554,55	38.831,76	2.616,84
24	Material para Manutencao de Bens Imoveis						4.523,70	1.906,86		1.906,86		1.906,86	624,40
25	Material para Manutencao de Bens Moveis						7.508,80	6.884,40		6.884,40		6.884,40	4.360,85
26	Material Elettrico e Eletronico						20.809,78	16.448,93		16.448,93		16.448,93	94,40
28	Material de Protecao e Seguranca						2.139,00	2.044,60		2.044,60		2.044,60	70,00
29	Material para Audio, Video e Foto						9.740,00	9.740,00		9.740,00		9.740,00	11.620,56
39	Material para Manutencao de Veiculos						48.159,63	36.539,07		36.539,07		36.539,07	305,00
42	Ferramentas						1.900,00	1.595,00		1.595,00		1.595,00	782,00
44	Material de Sinalizacao Visual e Afins						7.563,00	6.781,00		6.781,00		6.781,00	
50	Bandeiras, Flamulas e Insignias						4.270,00	4.270,00		4.270,00		4.270,00	
0008.3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomocao	501,76			501,76			501,76					
0009.3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos Terceiriza	1.788,04			1.788,04			1.788,04					
0010.3.3.90.35.00	Servicos de Consultoria	433,98			433,98			433,98					
0011.3.3.90.36.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	90.000,00			90.000,00			90.000,00					
0012.3.3.90.37.00	Locacao de Mao-de-Obra	9.486,80			9.486,80			9.486,80					
0013.3.3.90.39.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	730.000,00			730.000,00			11.203,56			827,95	374.728,28	344.068,16
01	Assinaturas de Periodicos e Anuidades						718.796,44						
05	Servicos Tecnicos Profissionais						1.488,00	1.488,00		1.488,00		1.488,00	
16	Manutencao de Conservacao de Bens Imoveis						21.350,00	9.200,00		9.200,00		9.200,00	12.150,00
17	Manutencao de Conservacao de Maquinas e Equip						51.584,63	39.312,63		39.312,63		38.836,63	12.748,00
19	Manutencao e Conservacao de Veiculos						5.888,64	4.078,64		4.078,64		4.078,64	1.810,00
20	Manutencao e Conservacao de Bens Moveis de Ou						18.611,88	12.505,18		12.505,18		12.505,18	6.106,70
23	Festividades e Homenagens						37.519,43	14.953,05		14.953,05		14.953,05	22.566,38
41	Fornecimento de Alimentacao						15.390,00	15.390,00		15.390,00		15.390,00	
43	Servicos de Energia Eletrica						11.433,80	7.702,45		7.702,45		7.702,45	3.731,35
44	Servicos de Agua e Esgoto						50.000,00	29.593,47		29.593,47		29.593,47	20.406,53
46	Servicos Domesticos						20.000,00	3.012,57		3.012,57		3.012,57	16.987,43
47	Servicos de Comunicacao em Geral						3.500,00	390,00		390,00		390,00	3.110,00
48	Servicos de Selecao e Treinamento						25.000,00	694,31		694,31		694,31	24.305,69
58	Servicos de Telecomunicacoes						29.547,00	21.547,00		21.547,00		20.547,00	9.000,00
59	Servicos de Audio, Video e Foto						14.400,00	9.072,29		9.072,29	827,95	9.072,29	5.327,71
63	Servicos Graficos						6.652,00	702,00		702,00		702,00	5.950,00
69	Seguros em Geral						6.555,00	4.150,00		4.150,00		4.150,00	2.405,00
74	Fretes e Trasportes de Encomendas						7.834,87	7.834,87		7.834,87		7.834,87	
78	Limpeza e Conservacao						108,91	108,91		108,91		108,91	
							125.825,52	57.860,03		57.860,03		57.860,03	67.965,49

ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

C.N.P.J.: 24.858.805/0001-39

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

CERTIFICADO DE REGULARIDADE

Certifico para os devidos fins que a presente  
despesa foi atestada

CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO NºDECRETO: 0000042015

01

- D E O F -

DOCUMENTO DE EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - CÓD.		1.2 - DOCUMENTO					1.3 - FONTE DE RECURSOS		1.4 - NÚMERO	
354429		NOTAS DE EMPENHO					Recursos Não Vinculados de Impostos / Recurso:		-1	
1.5 - DATA DE EMISSÃO		1.6 - NÚMERO DO PROCESSO			1.7 - TIPO		1.8 - FICHA		1.9 - SALDO ANTERIOR	
21/11/2023		0001558/23			ESTIMATIVO		0013.000			
1.10 - EXERC.	1.11 - ÓRGÃO	1.12 - UND.	1.13 - FUNC.	1.14 - PROG	1.15 - SUBFUN	1.16 - P/A	1.17 - NAT.DESPESA	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO	1.19 - VALOR	
2023	01	01	01	0139	031	2.001	3.3.90.39.79	100.000	1.400,00	
1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									1.21 - SALDO ATUAL	
CAMARA MUNICIPAL										
1.22 - PROJETO / ATIVIDADE									1.23 - REQUISIÇÃO	
MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL										

2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR

2.1 - NOME		2.1 - CPF OU CNPJ			
ANTONIO CESAR DE MELO JUNIOR - ME		05.836.061/0001-07			
2.3 - ENDEREÇO		2.4 - MUNICÍPIO		2.5 - UF	
CAP. SERAFIM DE BARROS 1834		JATAI		GO	


3 - HISTÓRICO

3.1 - ESPECIFICAÇÃO	
EMPENHO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE JARDINAGEM NA PRAÇA DA CMJ.	
3.2 - CERTIFICADO	
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO	4.2 - VALOR
(UM MIL E QUATROCENTOS REAIS)	1.400,00

ABIMAELOUZA SILVA

CPF: 820.941.871-87

PRESIDENTE DA CÂMARA



ADONAE AUGUSTO PEREIRA

CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210

CONTADOR





MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS  
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI  
Praça da Bandeira

PÁGINA 1

## SOLICITAÇÃO DE COMPRA

**Código Data**

947 21/11/2023

**Intituição**

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

**Natureza da Compra**

DISPENSA

**Descrição****Departamento**

ADMINISTRACAO

**Finalidade****Processo**

1558 - Requisição nº 1059 - Serviços de podas de arvores, e outras manutenção na praça.

**Situação**

APROVADO

## Dotação Orçamentária

**Ficha**

0013.000

**Elemento**

33903900

**Especificação**

Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

**Função**

1 - LEGISLATIVA

**Fonte**

100 - Recursos Não Vinculados de Impostos

**Subfunção**

31 - Acao Legislativa

**Ação**

MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL

**Programa**

PROCESSO LEGISLATIVO

## Produtos

Código	Descrição	Unidade Medida	Quantidade	Valor ref.	Total
3580	SERVIÇO DE JARDINAGEM	UNIDADE	1,00	800,00	800,00
3366	SERVIÇO PODA DE ÁRVORE MÉDIO PORTE	UNIDADE	6,00	100,00	600,00
Valor Total da Solicitação:					1.400,00

## VENCEDORES

Fornecedor	Nº Item	Produto / Serviço	Un.Medida	Quantidade	Vr Unitário	Vr Total
ANTONIO CESAR DE MELO JUNIOR	1	SERVIÇO DE JARDINAGEM	UNIDADE	1,00	800,00	R\$ 800,00
ANTONIO CESAR DE MELO JUNIOR	2	SERVIÇO PODA DE ÁRVORE MÉDIO	UNIDADE	6,00	100,00	R\$ 600,00

**Valor Total:** R\$ 1.400,00